

AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Araripe, através da comissão permanente de licitação, torna público, que fará realizar licitação, na modalidade de **TOMADA DE PREÇOS**, autuada sob o nº **08.02/2022-TP**, cujo objeto é a Contratação dos serviços de recuperação do Centro de Referência Social Mariá de Moraes Veloso Rodovalho e Centro de Referência Social Padre Raimundo de Araújo Silva no Município de Araripe/CE, conforme projeto em anexo, tipo menor preço, com data de abertura marcada para o dia **06 de junho de 2022, às 8:00 horas**, na sala da comissão de licitação, situada na Av. José Loiola Alencar, 440, Araripe/CE, 19 de maio de 2022. Claudio Ferreira dos Santos - Presidente da Comissão de Licitação.

PUBLICAR, para circular no dia 20/05/2022, nos seguintes veículos de comunicação:

- JORNAL O ESTADO
- DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO CEARÁ
- DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS

UNIDADE ADMINISTRATIVA – SECRETARIA DE TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL



CERTIDÃO DE DIVULGAÇÃO DO AVISO DE LICITAÇÃO

Certificamos que o Aviso de Licitação **TOMADA DE PREÇOS nº 08.02/2022-TP**, cujo objeto é a Contratação dos serviços de recuperação do Centro de Referência social Maria de Moraes Veloso Ródovalho e Centro de Referência Social padre Raimundo de Araújo no Município de Araripe/CE, conforme projeto em anexo, foi afixado no dia 20 de maio de 2022, no flanelógrafo desta Prefeitura Municipal, conforme estabelece a legislação em vigor.

Araripe/CE, 20 de maio de 2022.

Claudio Ferreira dos Santos
Presidente da Comissão de Licitação

ECONOMIA

Sancionada. A medida provisória que torna o Auxílio Brasil de R\$ 400 de forma permanente foi sancionada pelo presidente da República, Jair Bolsonaro, e publicada nessa quinta-feira (19/05), no Diário Oficial da União. A proposta inicial do governo federal previa que esse valor valesse apenas até dezembro de 2022.



RUBENS FROYA

ECONOMIA

ICMS: Queda de braço segue firme

A queda de braços entre Governo e Estados continua. A liminar contra a manobra dos estados para regulamentar a nova lei do ICMS dos combustíveis tornou-se o centro do novo cabo de guerra entre a União e governadores sobre o tema. De um lado, governos estaduais e distribuidoras de combustíveis alertam para o risco de a decisão judicial de suspender a aplicação dos descontos aplicados pelos estados sobre a alíquota máxima de R\$ 1,006 por litro sobre o diesel surtir efeito contrário ao desejado, elevando, mais ainda, o preço do combustível nas bombas. De outro, o Governo Federal quer usar a decisão para forçar uma mudança no convênio do Confaz, que estabeleceu a alíquota uniforme.

Concedida pelo ministro André Mendonça, do STF, na semana passada, a liminar gerou uma confusão de interpretações que até agora só não evoluiu para uma dificuldade operacional porque as novas alíquotas entram em vigor só em 1º de julho, quando termina o congelamento do ICMS iniciado em setembro de 2021. Mendonça derubou o chamado "fator de equalização", que permitia que os estados dessem descontos sobre a alíquota máxima de R\$ 1,006 por litro estabelecida em convênio do Confaz. Assim, estados e executivos do setor entendem que essa será a alíquota única. Como a maior parte dos estados pratica valores menores, a adoção dessa alíquota representaria aumento da carga tributária média sobre o combustível, que bateu na semana passada recorde histórico ao atingir o preço médio de R\$ 6,847 por litro.

Inflação admitida

O Ministério da Economia elevou a expectativa de inflação deste ano para 6,55% para 7,9% e manteve a projeção do PIB para 2022 em 1,5%. Os dados anteriores haviam sido anunciados pela pasta em março e só revisados periodicamente porque servem de referência para ajustar a execução orçamentária. A taxa prevista de 7,9% para o IPCA supera a meta a ser perseguida pelo BC. O valor fixado pelo CMN para este ano é de 3,5% - com 1,5% de tolerância para mais ou para menos.

Fio da espada

O Governo precisa bloquear R\$ 15 bi no orçamento deste ano para acomodar a alta em despesas obrigatórias, dar reajustes a todos os servidores e ainda atender Bolsonaro que quer agrandar carreiras policiais. Há ainda ampliação, em cerca de R\$ 2 bi, na despesa do Legislativo e Judiciário, somando R\$ 17 bi em remanejamentos, mas não precisará ser bloqueada. O Executivo precisa de mais R\$ 4,6 bilhões para bancar o reajuste linear de 5% aos servidores, somando R\$ 6,3 bilhões.

Salário mínimo de R\$ 1.310 'graças' à inflação

O Ministério da Economia Informou, ontem, que a estimativa do salário mínimo para o ano que vem é de R\$ 1.310,17 - aumento de R\$ 98,17 a partir de janeiro. A previsão é baseada na estimativa para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), que é a base da correção anual do salário mínimo pelo Governo. A secretaria elevou de 6,7% para 9,1% a projeção do INPC deste ano. O reajuste em 2023 também será maior que o previsto em abril, pelo Governo (R\$ 1.294). Hoje, o mínimo vigente é de R\$ 1.212.

Auxílio Brasil

A medida provisória (MP) que torna permanente o piso de R\$ 400 no âmbito do Auxílio Brasil, programa substituto do Bolsa Família, foi sancionada ontem, cujo texto foi publicado, sob veto, no Diário Oficial da União. A medida foi aprovada de maneira simbólica pelos senadores em 4 de maio e seguiu para a sanção. De acordo com a nota do Planalto, o custo do programa será de R\$ 88,5 bilhões. Destes, R\$ 47,5 bilhões já eram gastos inicialmente com o Auxílio Brasil.

Corjeta

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou, na última terça (17), projeto que retira a corjeta da receita bruta de bares, restaurantes e hotéis enquadrados como microempresa. Pelo texto aprovado, a exclusão limita-se às corjetas de até 10% destacadas nas notas fiscais. Atualmente, o Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN) considera a corjeta como parte da receita bruta para efeito de tributação. A proposta segue para o plenário.

Pix: Saque em caixa eletrônico liberado

Com a liberação do saque Pix, o cidadão poderá resgatar o dinheiro em qualquer terminal que ofereça o serviço, como caixas eletrônicos de qualquer banco. A solicitação de saque do Pix poderá ser feita no aplicativo do banco. Feito isso, o usuário precisa ir até o caixa eletrônico selecionar a opção desejada e ler o QR Code gerado - com a câmera do celular. Mas fique atento: não será necessário inserir cartão para isso, ou ser cliente de nenhum banco.

Mais informações de Rubens Froya:
e-mail: rotarubens@gmail.com

Ministério da Economia mantém previsão do PIB em 1,5%

Segundo o governo, o avanço no desempenho do PIB brasileiro é resultado da retomada no setor de serviços e ampliação dos investimentos

O governo federal alterou para cima a previsão da inflação deste ano. O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que em março era estimado em 6,55% para 2022, agora teve a previsão elevada para 7,9%. A estimativa do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) também subiu, passando de 6,7% para 8,10%, e a do Índice Geral de Preços (IGP-DI), de 10,01% para 11,4%. A estimativa do Produto Interno Bruto (PIB) foi mantida em 1,5%.

Os dados são do Ministério da Economia e foram divulgados nessa quinta-feira (19/05). Para o ano que vem (2023), o governo federal manteve também a previsão do PIB e aumentou a da inflação. O PIB, segundo o governo, deve fechar 2023 com aumento de 2,5%, enquanto o IPCA deve encerrar o ano em 3,6%; o INPC, em 3,7% e o IGP-DI, em 4,5%.

A expectativa para a taxa de inflação (IPCA) aumentou de 6,55% para 7,90% em 2022 e de 3,25% para 3,60% em 2023. A partir de 2024, espera-se convergência da inflação (IPCA) para a meta de 3%. Em relação ao INPC, a projeção para 2022 elevou-se de 6,70% para 8,10%, diz o documento enviado à imprensa.

Ainda segundo o boletim, o avanço no desempenho do PIB brasileiro é resultado da retomada no setor de serviços e ampliação dos investimentos, o que, de acordo com o documento, tem refletido na recuperação do mercado de trabalho. O texto destaca que o setor de serviços cresceu 1,8% no primeiro trimestre de 2022, atingindo o maior patamar desde maio de 2015.

Privatização da Eletrobras pode aumentar recursos para infraestrutura, diz Guedes

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse, nessa quinta-feira (19/05), que a privatização da Eletrobras pode ser uma forma de aumentar os investimentos em infraestrutura. Para ele, "modelo antigo", baseado em grandes empresas estatais "esgotou".

"Só uma empresa, a Cedeas [Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro], quando fizemos o marco do saneamento, mobilizou em um fim de semana, aqui em São Paulo, R\$ 50 bilhões. Seis vezes e meia o orçamento do ministro [da

Infraestrutura]", disse. Por ocasião do lançamento de R\$ 22,69 bilhões em outorgas e concessões previstas em 12 anos, o que, na avaliação do ministro, é um benefício. O ministro participou de um seminário promovido pela plataforma Arko Advice e Traders Club.

O Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou na última quarta-feira (18/05), o modelo de privatização da Eletrobras, estatal considerada a maior empresa energética da América Latina.

o ministro da Economia, Paulo Guedes, disse, nessa quinta-feira (19/05), que a privatização da Eletrobras pode ser uma forma de aumentar os investimentos em infraestrutura. Para ele, "modelo antigo", baseado em grandes empresas estatais "esgotou".

"Só uma empresa, a Cedeas [Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro], quando fizemos o marco do saneamento, mobilizou em um fim de semana, aqui em São Paulo, R\$ 50 bilhões. Seis vezes e meia o orçamento do ministro [da

Infraestrutura]", disse. Por ocasião do lançamento de R\$ 22,69 bilhões em outorgas e concessões previstas em 12 anos, o que, na avaliação do ministro, é um benefício. O ministro participou de um seminário promovido pela plataforma Arko Advice e Traders Club.

O Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou na última quarta-feira (18/05), o modelo de privatização da Eletrobras, estatal considerada a maior empresa energética da América Latina.

o ministro da Economia, Paulo Guedes, disse, nessa quinta-feira (19/05), que a privatização da Eletrobras pode ser uma forma de aumentar os investimentos em infraestrutura. Para ele, "modelo antigo", baseado em grandes empresas estatais "esgotou".

"Só uma empresa, a Cedeas [Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro], quando fizemos o marco do saneamento, mobilizou em um fim de semana, aqui em São Paulo, R\$ 50 bilhões. Seis vezes e meia o orçamento do ministro [da

Infraestrutura]", disse. Por ocasião do lançamento de R\$ 22,69 bilhões em outorgas e concessões previstas em 12 anos, o que, na avaliação do ministro, é um benefício. O ministro participou de um seminário promovido pela plataforma Arko Advice e Traders Club.

O Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou na última quarta-feira (18/05), o modelo de privatização da Eletrobras, estatal considerada a maior empresa energética da América Latina.

o ministro da Economia, Paulo Guedes, disse, nessa quinta-feira (19/05), que a privatização da Eletrobras pode ser uma forma de aumentar os investimentos em infraestrutura. Para ele, "modelo antigo", baseado em grandes empresas estatais "esgotou".

"Só uma empresa, a Cedeas [Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro], quando fizemos o marco do saneamento, mobilizou em um fim de semana, aqui em São Paulo, R\$ 50 bilhões. Seis vezes e meia o orçamento do ministro [da

Infraestrutura]", disse. Por ocasião do lançamento de R\$ 22,69 bilhões em outorgas e concessões previstas em 12 anos, o que, na avaliação do ministro, é um benefício. O ministro participou de um seminário promovido pela plataforma Arko Advice e Traders Club.

O Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou na última quarta-feira (18/05), o modelo de privatização da Eletrobras, estatal considerada a maior empresa energética da América Latina.

o ministro da Economia, Paulo Guedes, disse, nessa quinta-feira (19/05), que a privatização da Eletrobras pode ser uma forma de aumentar os investimentos em infraestrutura. Para ele, "modelo antigo", baseado em grandes empresas estatais "esgotou".

"Só uma empresa, a Cedeas [Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro], quando fizemos o marco do saneamento, mobilizou em um fim de semana, aqui em São Paulo, R\$ 50 bilhões. Seis vezes e meia o orçamento do ministro [da

Infraestrutura]", disse. Por ocasião do lançamento de R\$ 22,69 bilhões em outorgas e concessões previstas em 12 anos, o que, na avaliação do ministro, é um benefício. O ministro participou de um seminário promovido pela plataforma Arko Advice e Traders Club.

O Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou na última quarta-feira (18/05), o modelo de privatização da Eletrobras, estatal considerada a maior empresa energética da América Latina.

o ministro da Economia, Paulo Guedes, disse, nessa quinta-feira (19/05), que a privatização da Eletrobras pode ser uma forma de aumentar os investimentos em infraestrutura. Para ele, "modelo antigo", baseado em grandes empresas estatais "esgotou".

"Só uma empresa, a Cedeas [Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro], quando fizemos o marco do saneamento, mobilizou em um fim de semana, aqui em São Paulo, R\$ 50 bilhões. Seis vezes e meia o orçamento do ministro [da

Infraestrutura]", disse. Por ocasião do lançamento de R\$ 22,69 bilhões em outorgas e concessões previstas em 12 anos, o que, na avaliação do ministro, é um benefício. O ministro participou de um seminário promovido pela plataforma Arko Advice e Traders Club.

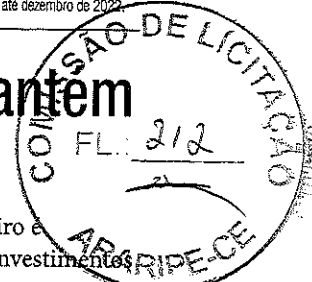
O Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou na última quarta-feira (18/05), o modelo de privatização da Eletrobras, estatal considerada a maior empresa energética da América Latina.

o ministro da Economia, Paulo Guedes, disse, nessa quinta-feira (19/05), que a privatização da Eletrobras pode ser uma forma de aumentar os investimentos em infraestrutura. Para ele, "modelo antigo", baseado em grandes empresas estatais "esgotou".

"Só uma empresa, a Cedeas [Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro], quando fizemos o marco do saneamento, mobilizou em um fim de semana, aqui em São Paulo, R\$ 50 bilhões. Seis vezes e meia o orçamento do ministro [da

Infraestrutura]", disse. Por ocasião do lançamento de R\$ 22,69 bilhões em outorgas e concessões previstas em 12 anos, o que, na avaliação do ministro, é um benefício. O ministro participou de um seminário promovido pela plataforma Arko Advice e Traders Club.

O Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou na última quarta-feira (18/05), o modelo de privatização da Eletrobras, estatal considerada a maior empresa energética da América Latina.



ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE BATURITÉ - EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 1709/19/2021

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS DA MANGABEIRA - EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTERMINATIVO

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de São João do Jaguaribe - Aviso de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 16.028/2022

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de São João do Jaguaribe - Aviso de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 16.028/2022

Heraldo & Vanderlei Comp. Ltda. CNPJ Nº 14.128.483/0001-81

Prefeitura Municipal de Itá - Aviso de Anulação de Processo de Licitação - O Desempate de Despesas de Licitação do Selo

Francisco Waldemar Marques Aguiar - CNPJ Nº 02.217.653/22

Prefeitura Municipal de Pernambuco - Extrato da Contratação - Serviço de Manutenção e Desenvolvimento de Sistemas

Prefeitura Municipal de Itá - Contratação e aquisição - Serviço de Manutenção e Desenvolvimento de Sistemas

Prefeitura Municipal de Itá - Contratação e aquisição - Serviço de Manutenção e Desenvolvimento de Sistemas

Prefeitura Municipal de Itá - Contratação e aquisição - Serviço de Manutenção e Desenvolvimento de Sistemas

L C M DA RÓCHA SERIPA - CNPJ Nº 27.276.287/0001-40

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Lavras da Mangabeira - Extrato de Instrumento Conterminativo

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de São João do Jaguaribe - Aviso de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 16.028/2022

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de São João do Jaguaribe - Aviso de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 16.028/2022

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de São João do Jaguaribe - Aviso de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 16.028/2022

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de São João do Jaguaribe - Aviso de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 16.028/2022

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de São João do Jaguaribe - Aviso de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 16.028/2022

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de São João do Jaguaribe - Aviso de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 16.028/2022

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de São João do Jaguaribe - Aviso de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 16.028/2022

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de São João do Jaguaribe - Aviso de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 16.028/2022

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de São João do Jaguaribe - Aviso de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 16.028/2022

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de São João do Jaguaribe - Aviso de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 16.028/2022

III - Transferências decorrentes de convênios, acordos, ajustes, contratos formalizados pela SEDUMA ou dos quais seja interveniente, empréstimos, auxílios, subvenções, contribuições, doações de fontes internas e externas, de arrecadação de taxas, multas e emolumentos previstos em lei;

IV - Dotações, contribuições e auxílios;

V - Saldos de exercícios anteriores;

VI - Rendas Patrimoniais;

VII - Multas;

VIII - Valores Cobrados pela emissão de licenças, pela prestação de serviço, bem como custos de análise de estudos ambientais;

IX - Indenizações e repasses a título de reparação por danos ambientais;

X - Medias compensatórias;

XI - Outros valores que lhe sejam, por qualquer meio, atribuídos.

Art. 11 - Através do Secretário da SEDUMA serão estabelecidos s valores cobrados pela emissão das licenças, pela prestação de serviço, bem como custos de análise de estudos ambientais.

Parágrafo único. Facultar-se-á ao empreendedor acesso à planilha de custos realizados pela SEDUMA.

Art. 12 - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação revogada as disposições em contrário.

Paço da Prefeitura Municipal de Alto Santo, Estado do Ceará, 18 de maio de 2022.

JOSÉ JOENI HOLANDA DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo James Candido de Freitas
Código Identificador:69D9916C

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
"REGULAMENTA A LEI MUNICIPAL Nº 327/96 QUE
INSTITUI O CÓDIGO DE POSTURAS MUNICIPAL, BEM
COMO A LEI MUNICIPAL Nº 406/03, NO QUE DIZ
RESPEITO À EXPEDIÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA A
REALIZAÇÃO DE EVENTOS FESTIVOS DIVERSOS NO
MUNICÍPIO DE ALTO SANTO-CE.

DECRETO Nº 09, DE 17 DE MAIO DE 2022.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO SANTO-CE, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO que é competência do Chefe do Poder Executivo, dentro do princípio do interesse público, e com base no art. 64, inciso II, da Lei Orgânica municipal, expedir decretos para regulamentar as leis, com vistas a resguardar e promover o bem-estar da coletividade;

CONSIDERANDO a necessidade de normatizar e estabelecer procedimentos para a emissão de Autorizações para a realização de shows, espetáculos artísticos musicais, bailes ou festas, inclusive vaquejadas, e congêneres do caráter público no município;

CONSIDERANDO o número limitado do efetivo policial na cidade, para fins de fiscalização dos eventos festivos;

DECRETA:

Art. 1º Após a análise do requerimento da Autorização/Alvará e dos documentos apresentados, sendo deferido o pedido, o processo será encaminhado à Gerência de Arrecadação Municipal para verificação de incidência e emissão de guias dos tributos municipais, ficando a entrega da Autorização condicionada ao prévio recolhimento e apresentação do comprovante de pagamento.

Art. 2º A base de cálculo do tributo referido no artigo anterior será a quantidade de ingressos disponibilizados à venda para o evento, com fundamento no item 12, da Tabela II da Lei Municipal nº 406/03.

Art. 3º Fica terminantemente proibida a autorização municipal para a realização de mais de 02 (dois) eventos festivos ou congêneres, no mesmo dia a se realizarem no município de Alto Santo-CE.

Art. 4º Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO SANTO-CE, em 17 de maio de 2022.

JOSÉ JOENI HOLANDA DE ARAÚJO

Prefeito de Alto Santo-CE

Publicado por:

Eduardo James Candido de Freitas

Código Identificador:CCC8F93F

ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONINA DO NORTE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO

TERMO DE RATIFICAÇÃO

O Ordenador de Despesa da Secretaria de Administração e Finanças do município de Antonina do Norte, no uso de suas atribuições legais, e considerando o que consta do presente processo administrativo de dispensa de licitação nº 2022.05.12.01-DL, vem RATIFICAR a declaração de dispensa de licitação para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE UMA SOLUÇÃO DE SOFTWARE INTEGRADO DE GESTÃO TRIBUTÁRIA DO ISSQN DESTINADA AO CONTROLE GERENCIAL ONLINE DA ARRECAÇÃO MUNICIPAL EM PLATAFORMA TOTALMENTE ONLINE, COM USO DE BANCO DE DADOS LIVRE, HOSPEDADA EM SERVIDOR WEB DEDICADO, COMPREENDENDO SUA INSTALAÇÃO, MIGRAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DE DADOS, TREINAMENTO DE USUÁRIOS E SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EVOLUTIVA E SUPORTE OPERACIONAL, COM ARMAZENAMENTO EM DATA CENTER NO BRASIL SOB A RESPONSABILIDADE DA EMPRESA CONTRATADA, DE INTERESSE DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE ANTONINA DO NORTE - CE.

Antonina do Norte - CE, 17 de Maio de 2022.

Publicado por:

Henrique Augusto Vieira de Matos

Código Identificador:F75EE0C1

ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARIPE

SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO E
DESENVOLVIMENTO SOCIAL
AVISO DE LICITAÇÃO 08.02/2022-TP

A Prefeitura Municipal de Araripe, através da comissão permanente de licitação, torna público, que fará realizar licitação, na modalidade de TOMADA DE PREÇOS, atuada sob o nº 08.02/2022-TP, cujo objeto é a Contratação dos serviços de recuperação do Centro de Referência Social Maria de Moraes Veloso Rodvalho e Centro de Referência Social Padre Raimundo de Araújo Silva no Município de Araripe/CE, conforme projeto em anexo, tipo menor preço, com data de abertura marcada para o dia 06 de junho de 2022, às 8:00 horas, na sala da comissão de licitação, situada na Av. José Loiola Alencar, 440, Araripe/CE; 19 de maio de 2022.

CLAUDIO FERREIRA DOS SANTOS -

Presidente da Comissão de Licitação.

Publicado por:

Cícera Antunes Brandão da Silva

Código Identificador:21E13051

ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARATUBA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 84.22